

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO

Paula Bessa¹

A ideia subjacente a este livro é a de providenciar uma panorâmica da produção artística no *Minho*, província definida nos anos trinta do século XX e que marca a ideia que muitos de nós temos do território nacional. Na sequência do texto anterior, tentaremos agora, nas breves páginas que se seguem, dar uma visão - necessariamente sintética - do que subsiste da produção arquitectónica românica e gótica no *Minho*, mas deve ter-se em mente que, na época a que nos reportamos, a estruturação do território seguia outros critérios.

O esforço de síntese a que nos dedicaremos nas próximas páginas é profundamente devedor dos estudos de um grande número de investigadores e, entre aqueles que mais recentemente se dedicaram a estas matérias, destacamos Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Barroca, Lúcia Maria Cardoso Rosas, Manuel Real, Pedro Dias, José Custódio Vieira da Silva, João Gouveia Monteiro e Paulo Pereira².

Arquitectura Religiosa Românica

A arquitectura românica goza em Portugal de grande estima, até porque se compreende que ela acompanhou a formação do próprio reino de Portugal, assim como os seus primeiros reinados³.

A arquitectura românica caracteriza-se por determinadas formas de conceber e organizar o espaço, assim como por particulares soluções construtivas.

Muitas das características da arquitectura românica decorrem da vontade de construir de forma durável e resistente e isso significava, então, também, resistência ao fogo (do qual dependiam a iluminação artificial e o aquecimento); este desejo determinou que, em muitas construções, se preterisse a cobertura com tecto de madeira e telha para se adoptarem coberturas preferencialmente em pedra que, na arquitectura românica, serão abóbadas de berço ou canhão (de perfil semi-cilíndrico) e abóbadas de arestas (resultantes

¹ Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Investigadora do CITCEM.

² Cf. bibliografia sumária no final deste texto.

³ Sobre as circunstâncias que rodearam a produção artística românica e gótica vejam-se, por exemplo, os brilhantes capítulos dedicados a estas questões da autoria de Carlos Alberto Ferreira de Almeida em ALMEIDA, 2001, pp. 57-63 e em ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp. 13-20.

do cruzamento de duas abóbadas de berço) e cúpulas sobre pendentes ou sobre trompas (calotes semi-esféricas ou de secção poligonal que, cobrindo espaços de planta quadrada, resolvem a ligação ao espaço que cobrem recorrendo aos pendentes ou às trompas).

Estes tipos de abóbadas e de cúpulas exercem os seus impulsos sobre toda a superfície de sustentação, quer isto dizer, sobre os muros (que têm que ser extremamente robustos e reforçados exteriormente por contrafortes) ou, internamente, sobre volumosos pilares com colunas adossadas das quais partem arcos formeiros e torais, frequentemente, de volta inteira, ou seja, com corte em semi-circunferência, usados, respectivamente, quer nos arranjos de articulação entre diferentes espaços, quer suportando as abóbadas. A utilização destas formas de cobertura não permitia grandes rasgamentos nos muros, limitando-se, assim, as dimensões das aberturas para iluminação (frestas e óculos).

Criou-se, então, uma linguagem arquitectónica que se expandirá largamente na Europa e, até, com as cruzadas, fora dela, e que marca as construções da época, mesmo quando não se recorre a tais tipos de abóbadas e de cúpulas. A arquitectura românica é acompanhada por um renascimento da escultura, vencidas que estavam as polémicas iconoclasticas. Peças esculpidas acompanharão a profusão de colunas (pense-se nos capitéis esculpidos e no aparecimento dos capitéis historiados) adossadas a pilares, enquadrando portais e aberturas de iluminação, assim como, em vários outros elementos dos portais, por exemplo, nas arquivoltas e nos tímpanos.

Há um conjunto de características comuns à arte românica europeia mas, ao mesmo tempo, reconhece-se uma grande variedade nas soluções adoptadas nas suas várias regiões. Assim aconteceu também entre nós, o que levou Carlos Alberto Ferreira de Almeida, em 1986, a reconhecer a existência de dez *dialectos* do românico em Portugal, uns de carácter regional (Alto Minho, Braga/Rates, Porto, Sousa e Baixo Tâmega, Alto Douro, Coimbra, Lisboa), outros relacionados com uma determinada ordem religiosa (Templários, Cister), para além do caso singular de Castro de Avelãs⁴. No entanto, há que ter em mente que, tendo tido a arquitectura românica uma longa pervivência, se foram manifestando mudanças de gosto e de modo de fazer ao longo do tempo em cada um destes *dialectos* e nas zonas em que mais se difundiram.

O que chegou até nós da arquitectura românica de outrora? Maioritariamente, igrejas mas também vestígios de castelos e de pontes. Na verdade, na região sobre a qual nos debruçamos preserva-se uma enorme quantidade de testemunhos de arquitectura românica. É, de facto, no Entre-Douro-e-Minho que a densidade desses testemunhos é a mais elevada; já a sul do rio Tejo, por exemplo, apenas se conhece um exemplo documentado, de par com outro que, efectivamente, sobrevive: é que quando se consuma a conquista definitiva do Alentejo e do Algarve, as construções adoptarão um novo modo arquitectónico, o gótico.

Quando visitamos uma arquitectura românica, usando bom aparelho de silhares bem esquadriados, cortados de modo a terem, pelo menos, a mesma

⁴ ALMEIDA, 1986, pp. 122-131.

altura por fiada, temos que convir que se tratava, portanto, de construção cuidada e cara, que podia ser demorada, sendo frequente que numa igreja se identifiquem diferentes fases da sua construção (às vezes incluindo reaproveitamentos de parcelas ou de peças de edifícios anteriores) e até manifestas mudanças de plano. Por outro lado, quanto mais antigos são os edifícios, mantendo-se em uso, mais provável é que tenham sido transformados, ou seja, tanto mais improvável se torna que encontremos um edifício românico *em estado puro*, completamente românico. A apreciação de um edifício românico (ou com parcelas românicas) deve, portanto, ser feita sem pressa, quer pelo exterior, quer no interior, prestando atenção às diferenças de rumo que nele se manifestam. É também sem pressa que poderemos usufruir – e sentiremo-nos interpelados – pela sua escultura, ponderando sobre o significado dos temas escolhidos e sobre as suas possíveis funções. E, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida frequentemente aconselhava aos seus alunos, *para conhecer, passear ou ler*, de preferência, diríamos, *passear e ler*.

A profusão de edifícios – ou de parcelas – românicos no *Minho* é tão grande que não poderemos dar atenção a todos eles mas apenas a alguns exemplos mais bem conservados ou melhor compreendidos, especialmente quando integram inscrições epigráficas datadas e que, portanto, melhor elucidam as parcelas de arquitectura em que se integram, ou quando há documentação que pode contribuir, ainda que um tanto indirectamente, para uma melhor compreensão da sua construção. É que não sobreviveu documentação escrita na época que reporte a construção de nenhuma destas igrejas e, portanto, o estado dos nossos conhecimentos baseia-se numa intensa *análise interna* das obras e no estabelecimento de relações entre as obras e o que pode saber-se da história das *casas* que serviram com base nos documentos escritos que sobreviveram. Ou seja, o estado dos nossos conhecimentos é feito de hipóteses, de interpretações, mais do que de certezas absolutas. As boas hipóteses e interpretações procuram sempre ser bem, o mais possível, fundamentadas numa observação atenta dos edifícios (incluindo as inscrições com datações) e na documentação escrita compulsável. É por esta razão que há, por vezes, pontos de vista diferentes relativamente a arquitecturas românicas, defendidos por diferentes autores.

Dediquemos então a nossa atenção ao Alto Minho, a zona entre os rios Minho e Lima.

Esta zona esteve integrada no bispado de Tui até c. 1381-1386. As diferentes fases de obras românicas na catedral de Tui exerceram relevante influência nas construções que por então se fizeram no Alto Minho.

No Alto Minho, ao modo românico, subsistem igrejas – ou suas parcelas - de mosteiros beneditinos (**Ganfei**⁵, **Sanfins de Friestas**, **Longos Vales**), de mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (**S. Salvador de Paderne**)

⁵ A igreja do mosteiro de Ganfei já não possui a sua capela-mor românica. O corpo desta igreja foi muito transformado nos séculos XVI a XVIII, alteando-se as paredes, criando-se um coro alto, abrindo grandes janelas e construindo-se uma nova capela-mor.

e de mosteiro cisterciense (**Fiães**), assim como igrejas paroquiais (por exemplo, **Santa Maria da Porta de Melgaço**, **Santa Maria dos Anjos de Valença** ou **Rubiães**); subsiste ainda a **ermida de Nossa Senhora da Orada** no concelho de Melgaço. Estas obras permitem também acompanhar uma longa diacronia, provavelmente desde c. 1100-1150 e até c. 1276. Ao longo de quase dois séculos foram-se afirmando diferentes manifestações de gosto e de modo de fazer, culminando, nos edifícios românicos mais tardios, num *românico de resistência*, francamente posterior à adopção da arquitectura gótica noutras regiões do reino, processo que entre nós se iniciou no mosteiro de Alcobaça e que culminou numa campanha de obras começada depois de 1195. As obras que referimos oferecem também uma relevante panorâmica sobre soluções de organização do espaço. Ao nível das igrejas monásticas encontramos igrejas de três naves e cabeceira tripla (**Ganfei**), de uma nave, transepto e três capelas (**Paderne**), de três naves e cabeceira tripla mas devendo o projecto inicial incluir transepto (**Fiães**), mas também igrejas de uma só nave e uma só capela (**Sanfins de Friestas**, **Longos Vales**); provavelmente, a diferente complexidade destas formas de organização do espaço destas igrejas monásticas estará relacionada com o tamanho das respectivas comunidades e suas diversas disponibilidades financeiras. Quer a **ermida de Nossa Senhora da Orada**, quer os exemplos de igrejas paroquiais que referimos (**Rubiães**, **Santa Maria da Porta de Melgaço**, **Santa Maria dos Anjos de Valença**) optam pelo plano mais simples de uma nave e de uma capela-mor, de resto o mais frequente no românico português, presente em mais de 90% das igrejas⁷.

A atribuição de cronologias a estas obras tem por base, como já foi referido, a sua consideração atenta, a relação que se pode estabelecer entre as suas características e a de obras (ou parcelas) datadas por inscrições epigráficas e, ainda, tendo em mente vários dados compulsáveis em documentação coeva. Assim, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, atribui para **Ganfei** uma datação de c. 1100-1150 para os dois absidiolos românicos que se conservam e uma datação de c. 1150 para o corpo da igreja (dadas as semelhanças dos pilares com os de São Bartolomeu de Rebordans, Tui, e com capitéis existentes no transepto da sé de Tui)⁸; a abside da igreja de **Sanfins de Friestas** deverá datar de c. 1150-1200, devendo o seu corpo ser, no máximo, do último quartel do século XII (1175-1200)⁹ (fot.1); a capela-mor de **Longos Vales** apresenta muitas semelhanças com Friestas, ligeiramente mais tardia, de c. 1175 e c. 1175-1200 (dadas as semelhanças com capitéis no transepto da Sé de Tui e na igreja galega de Tominho, assim como tendo em consideração os dois colunelos colocados à entrada da capela-mor, protogóticos)¹⁰.

⁶ Da arquitectura românica subsiste a capela-mor.

⁷ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 77 e 79.

⁸ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, pp. 86-87.

⁹ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, pp. 87-88.

¹⁰ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 88.

Nestas igrejas mais antigas opta-se por capelas com um primeiro tramo recto e topo de traçado semi-circular; já nas igrejas mais tardias, como veremos, se optará sistematicamente por capelas rectilíneas. Ou seja, este aspecto revela que diferentes opções planimétricas se foram fazendo ao longo do *tempo românico* nesta zona. Nenhuma destas igrejas é inteiramente abobadada, embora algumas possuam abobadamento na cabeceira. Em igrejas mais antigas como **Ganfei, Friestas e Longos Vales**, com capela-mor ou com absídeos com tramo(s) recto(s) e topo semi-circular, encontramos abóbada de berço no(s) tramo(s) recto(s) e em quarto de esfera no tramo curvilíneo, sendo a cobertura do(s) tramo(s) recto(s) mais alta que a do tramo curvilíneo. Na igreja paroquial de **Rubiães** (cujo tímpano do portal axial foi reconstituído e inclui a data MCCVC, o que poderá corresponder à forma como se interpretou a data original que poderia ser MCCXL, ou seja, era de 1240, ano de Cristo de 1202¹¹) estabelece-se a relação entre o românico do Alto Minho do século XII e o do século XIII, assim como entre o românico do Alto Minho e o da Ribeira Lima. A nave desta igreja foi acrescentada no seu topo nascente no século XVI, o que obrigou a uma reconstrução da capela-mor, provavelmente seguindo o plano quadrangular original e reaproveitando peças anteriores mas perdendo-se o arco triunfal anterior. Os capitéis românicos existentes na capela-mor de Rubiães são mais evoluídos que os de Ganfei e comparáveis aos da igreja de São Salvador de Bravães na Ribeira Lima. A **ermida de Nossa Senhora da Orada** possui duas inscrições, uma na base da fachada sul (recordando que o encomendador foi o prior do mosteiro cisterciense de Fiães¹²) e outra no interior, em parede a sul, com a data 1245¹³. O portal axial, sem tímpano, com arcadas quebradas e com capitéis com

¹¹ A era é 38 anos posterior ao ano de Cristo, razão pela qual é necessário subtrair-lhe 38 anos para calcular o correspondente ano de Cristo. Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, pp. 91-92.

¹² Segundo Mário Barroca, "PRIOR MONACUS DE/ FENALIB(us) ISTAM/ ECCLESIA FUND(avit)"; sem data; esta inscrição encontra-se em silhar do ombral direito do portal ocidental. Cf. BARROCA, 2000, vol. II, Tomo II, nº479, pp. 1231-1232. Chamamos a atenção do leitor para o facto de o programa de processamento de texto que usamos - com limitada disponibilidade sinais de pontuação - não nos permitir apresentar sempre uma transcrição fiel das leituras de Mário Barroca que deverão ser sempre consultadas.

D. Afonso Henriques doou a herdade de Santa Maria da Orada ao mosteiro de Santa Maria de Fiães; é possível que tal tenha acontecido em 24 de Outubro de 1173, altura em que o rei confiava ao abade e monges de Fiães todos os seus bens entre Melgaço e Chaviães. Segundo as Inquirições de 1258, "...*et ora teen os frades de Feaes essa Sancta Maria et Figueiredo et nom sabem por que a ten...*"; cf. *Portugalia Monumenta Historica, Inquisitiones*, p.378, consultável no site da Biblioteca Nacional, BNdigital.

¹³ Segundo Mário Barroca, "Era M CC 2 XXX III"; esta inscrição encontra-se em silhar da sexta fiada na face interna da parede Sul da nave, à esquerda do portal Sul; trata-se da era 1283, ou seja, ano de Cristo de 1245. Cf. BARROCA, 2000, vol. II, Tomo I, nº 326, pp. 822-825.

folhagens, sem volutas e com *crochets* é já protogótico, embora inclua alguns temas decorativos românicos como o enxaquetado (fot. 2).

Já a igreja do mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho de **S. Salvador de Paderne**, com duas inscrições de 1255 (relativa à morte de Rui Garcia *que fez este templo*; seria o mestre da obra?) e de 1264 (dedicação da igreja pelo bispo de Tui D. Gil Perez de Cerveira e sendo prior D. João Pires¹⁴), representa o protótipo da *arquitectura românica final* do Alto Minho ou, mesmo, o protótipo do protogótico do Alto Minho.

Como já se referiu, trata-se de uma igreja com uma só nave mas com transepto e três capelas rectilíneas na cabeceira, uma organização espacial adequada para servir uma pequena comunidade monástica com serviço religioso público. Os capitéis usados nesta obra de meados do século XIII são muito diferentes dos que caracterizavam a primeira fase do românico do Alto Minho (com escultura volumosa e de grande variedade temática), apenas havendo um capitel historiado à entrada da capela-mor, e, ainda assim, de escultura pouco volumosa¹⁵; quase todos os capitéis apresentam decoração vegetal simplificada e pouco volumosa, completamente diferente da que ocorre nas igrejas mais antigas (como Ganfei, Friestas e Longos Vales), sem volutas, com ábaco quadrangular. É possível que frisos de calcário no transepto Norte possam ter provindo do mosteiro feminino primitivo que aqui existiu.

O portal principal desta igreja é já protogótico (saliência das ombreiras, proporção dos capitéis, modinatura das arcadas dominadas por grandes chanfros e por decoração de tipo vegetal); Carlos Alberto Ferreira de Almeida chamava a atenção para os arcozinhos sobre toro da arcada exterior como uma das últimas sobrevivências da arte de Mestre Mateus¹⁶ (fot.3). Nesta igreja existe um outro grande portal virado a oeste no braço norte do transepto, também protogótico mas mais austero e que deve ser quase da mesma época do axial. Este tipo de portais em braços de transepto, arrançados à maneira de um axial, ocorre noutras igrejas monásticas com este tipo de planta. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o seu desenvolvimento deve justificar-se por dar *acesso a uma importante capela lateral da igreja, servindo um público que teria lugar reservado nessa parte do transepto, deixando a nave para outros e, sobretudo, porque seria muito prestigiado o espaço exterior na sua frente, por estar coberto e servir para reuniões e para funções funerárias e, sendo assim, por onde era ritual passar-se*¹⁷.

¹⁴ Segundo Mário Barroca, “DEDICACIO: EGIDII: EPiscopI: ISTA/ECCLESIA: In TemPorE: IOH(a)N(n)ES/ PETRI: PRIOR: ErA: M^a:CCC^a:II^a”, esta inscrição encontra-se em dois silhares à esquerda do portal ocidental. Cf. BARROCA, 2000, vol. II, Tomo I, pp. 920-923.

¹⁵ Neste capitel, o único historiado, como já se disse, figura-se personagem com báculo a castigar o pecado; a sua escultura é frustre, pouco volumosa e muito diferente da do estilo anterior que havia sido influenciado pelo românico tudense.

¹⁶ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 90.

¹⁷ ALMEIDA, 2001, p. 89.

A obra da igreja do mosteiro de **Fiães**¹⁸ deve ter começado pela cabeceira cerca de 1200-1225 e segue a tradição cisterciense, incluindo uma capela-mor e duas capelas laterais de topo recto e respeitando-se a proporção de ½ típica da arquitectura cisterciense. Estas capelas possuem abóbadas de berço quebrado. Há indícios de que, originalmente, se teria pretendido construir uma abóbada de cruzaria de ogivas para um transepto¹⁹. Uma importante doação foi feita a este mosteiro durante o primeiro quartel do século XIII e deve datar dessa época o início destas obras.

A igreja paroquial de **Santa Maria da Porta de Melgaço**, cuja construção não deverá ter sido muito anterior a 1262, exemplifica o *românico tardio* da região (fot. 4), assim como a igreja de **Santa Maria dos Anjos de Valença** na qual o culto se iniciou em 1276 e que nos mostra um *românico de resistência*. Percebemos que, nesta zona, ao longo do tempo, entre os inícios do século XII e o terceiro quartel do século XIII, foram mudando opções planimétricas, opções construtivas e também a escultura. Se em **Ganfei, Friestas e Longos Vales**, as capelas sistematicamente adoptam a forma de tramo(s) recto(s) com abóbada de berço e um tramo semi-circular com cobertura em quarto de esfera, mais tarde as capelas são sistematicamente rectilíneas. Nas igrejas mais antigas, a escultura é volumosa e capitéis e cachorros evidenciam uma grande variedade temática que inclui folhagens, pássaros, animais, figuras humanas e, no caso dos capitéis, também temas historiados. Já nas igrejas mais tardias, particularmente, a partir de c. de 1245, acentua-se a preferência, quer em arquivoltas, quer em capitéis, por temas vegetalistas e os capitéis apresentam-se com folhagens e *crochets*, sem volutas; frequentes vezes, nestes exemplares mais tardios, os portais não têm tímpano.

*

A Ribeira Lima apresenta-se frequentemente como zona de influências quer do *românico do Alto Minho*, quer do *românico de Braga-Rates*²⁰. Também na Ribeira Lima encontramos igrejas monásticas beneditinas (**S. Cláudio de Nogueira**) e de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (**S. Salvador de Bravães, S. Martinho de Crasto, Vila Nova de Muía**), assim como igrejas paroquiais, ermidas (**Ermida de Santo Abdão da Correlhã**; fot. 5) e capelas (**Capela da Comenda de Távora**). Nesta zona subsistem elementos arquitectónicos datáveis do séc. XI²¹, assim como igrejas e capelas – ou suas parcelas

¹⁸ O interior do corpo desta igreja foi refeito no período moderno.

¹⁹ Dois capitéis-misulas apresentam arranque de aduelas de arcos. Cf. ALMEIDA, 2001, pp. 136-137.

²⁰ O *românico de Braga-Rates*, como facilmente se compreenderá, irradiou fortemente por todo o vastíssimo território da arquidiocese de Braga que, nesta época não incluía o Alto Minho (a região entre os rios Minho e Lima), integrada na diocese de Tui, como já se disse; as fronteiras da arquidiocese de Braga com as da diocese do Porto eram também diferentes do que são hoje; a arquidiocese de Braga incluía ainda, nesta época, Trás-os-Montes.

²¹ Vila Mou: imposta com equídeo, alta e arcaica. Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 99.

- até aos finais do século XIII, evidenciando, portanto, como se enraizou nesta zona o modo românico mas também como se foi alterando o gosto neste tempo longo. A afirmação da arquitectura românica nesta zona fez-se, talvez, no segundo quartel do século XII (c. 1125-1150); o que subsiste desta época inclui capitéis cúbicos e temas decorativos muito ligados aos da área de Braga. Já na segunda metade do século XII (c. 1150-1200) são frequentes muitos temas desenvolvidos em Tui, como acontecia na bacia do Minho nesta mesma época. Nesta zona, as cabeceiras são sistematicamente rectilíneas, sem topo semi-circular.

A igreja do mosteiro beneditino de **São Cláudio de Nogueira** é um caso extremamente interessante até porque várias inscrições testemunham não só a existência de uma igreja anterior²² mas também datam várias das parcelas desta igreja. Num silhar embutido na parede Norte da capela-mor, no cunhal Nordeste, uma inscrição indica “Era M C 2 XXX/ III”, ou seja, era de 1183, ano de 1145. Carlos Alberto Ferreira de Almeida entendeu que esta data corresponderia à da construção da abside primitiva e do arco triunfal que se conserva, cujas características exemplificariam o gosto dessa época (uma arte românica arcaica, criando um espaço bastante baixo; as bases dos fustes, têm escócia alta e encontram-se ao nível do pavimento; o arco triunfal fecha muito o acesso à cabeceira; os capitéis são de recordação cúbica; nas impostas, usa-se o motivo da palmeta ao modo antigo ainda que de execução inábil; usa-se o motivo das folhas lanceoladas). A construção desta igreja deve ter-se prolongado no tempo, uma vez que o seu portal axial e a fachada ocidental incluem duas inscrições bem mais tardias. No lintel do portal ocidental²³ existe inscrição datada de 1183²⁴ e em cinco silhares na ombreira direita deste portal ocorre outra inscrição datada recordando a sagração deste templo pelo bispo de Tui D. Pedro Mendes no dia 3 de Janeiro de 1201²⁵. Estas obras de conclusão da igreja fizeram-se com simplicidade (o portal não tem colunas, o tímpano tem uma cruz vazada ladeada por dois animais mas estes estão apenas gravados).

Também na Ribeira Lima, o que se conserva da arte românica nas igrejas dos mosteiros de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho de **S. Martinho de Crasto** e de **Vila Nova de Muía** tem muitas semelhanças (por exemplo, uma

²² Houve uma igreja anterior da qual se conserva um silhar reaproveitado na parede Norte da capela-mor com inscrição da data “Era M C XX II”, ou seja, era de 1122, ano 1084; cf. BARROCA, 2000, vol I, Tomo I, nº 37, pp. 114-115.

²³ Este lintel estava fracturado quando a DGEMN procedeu ao restauro desta igreja, tendo sido retirado e encontrando-se hoje fora da sua colocação original; cf. BARROCA, 2000, vol. I, Tomo I, nº 172, pp. 454-456.

²⁴ Segundo Mário Barroca, “[...] D(omi)NI: N(ost)RI: IH(es)U XPI MARTINUS FECIT: HOC AB/ [...]: HONORE: [ecclesia: is]T[a: in] E(ra): M CC XX I”. Cf. BARROCA, 2000, vol. I, Tomo I, nº 172, p. 454-456.

²⁵ Segundo Mário Barroca, “SUB: E(ra): M: CC: XXX: VIII: ET/ QUOD III/ N(ona)S: IANUA/ RII: PET(r)US TUD(ens)IS/ EPisCopuS CONSECR/ AVIT HANC/ EC(c)L(esi)AM IN HONO/ RE: SanCti CLAUDI: IN/ DIEBUS [...]”. Cf. BARROCA, 2000, vol I, Tomo I, nº 252, p. 618-621.

acentuada preferência pelo tema das folhas lanceoladas, ao gosto bracarense)

e ambas devem datar de cronologia idêntica. Inscrições epigráficas em **S.**

Martinho de Crasto indicam ter sido iniciada em 1136 e sagrada em 1182²⁶.

A igreja do mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho de **S.**

Salvador de Bravães (Ponte da Barca) (fot. 6) evidencia um *românico regionalizado*

que, em diferentes fases da construção, manifesta ora a influência do *românico de Braga*, tal como vimos na capela-mor de S. Cláudio de Nogueira, ora, mais tarde, a influência do românico de Tui, como vimos ser o caso na primeira fase do *românico do Alto Minho*.

Com base em critérios estilísticos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida identificou três fases de construção nesta igreja. Duma primeira fase, datariam os elementos que são semelhantes aos da capela-mor de S. Cláudio de Nogueira datados de c. 1145; estes elementos acusam ou uma ascendência românica local ou a influência bracarense (capitéis e bases do arco triunfal; capitéis cúbicos da fresta da capela-mor; outros capitéis com cesto quase quadrangular, arcaico, e com decoração geométrica na sequência de protótipos do século XI; bases de colunas com alta escócia entre os dois toros; vigor do friso enxaquetado no interior da capela-mor, cujo alinhamento está abaixo das impostas do arco triunfal; portal Sul com arcaizante tímpano com o *Agnus Dei*, cujas aduelas mais antigas formam arco levemente ultrapassado e cuja aduela de fecho é de granito diferente, denunciando um arranjo posterior)²⁷.

Uma segunda fase de construção terá decorrido entre cerca de 1175-1200, aqui se manifestando, sobretudo, a influência do que se fez na sé de Tui após os meados do século XII. Nesta segunda fase de construção usou-se um granito de grão fino na escultura e nas paredes. O facto de a parede sul da capela-mor apenas se encostar na parede que fecha o topo da nave é indício de que estas obras (capela-mor e nave) se fizeram em fases diferentes²⁸. É nesta fase que se integra o portal ocidental, o melhor exemplo em Portugal de um portal românico como Porta da Glória, da Salvação e Porta do Céu. Este portal ocidental encontra-se abrigado num maciço quadrangular, o que é influência do românico bracarense e novidade nesta área. Nos fustes o escultor usa temas afrontados próprios dos capitéis mas, em dois fustes, frente a frente, de cada lado do portal, figuram-se, ao modo de estátuas-colunas, o arcanjo São Gabriel e a Virgem, ou seja, uma Anunciação do nascimento do filho de Deus, o Salvador (fots. 7 e 8). No tímpano encontramos uma *Maiestas Domini*, ou seja, Cristo Juiz, rodeado por mandorla, ou seja, na Glória do Céu, que, assim, virá julgar os vivos e os mortos no fim dos tempos (fot. 9). As bases das colunas e os capitéis deste portal ocidental seguem obras na catedral de Tui realizadas após os meados do século XII (após c. 1150) mas, como as suas estátuas-colunas são indício de protogótico, é possível que este portal seja mais tardio que as obras de Tui e que se trate de obra do último quartel do século XII (c. 1175-1200). Duma terceira fase, já no século XIII, datarão as obras de

²⁶ BARROCA, 2000, vol. II, Tomo I, nº70, pp.182-183.

²⁷ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 104.

²⁸ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, pp. 105.

conclusão desta igreja, num processo de construção que se deve ter arrastado durante quase um século. Até c. 1225 terminou-se a nave, mais alta do que larga; na nave há frestas que se abrem para o interior, encimadas por arcadas desfasadas da abertura e que têm aspecto arcaico e alguns dos seus pequenos capitéis cúbicos e com decoração geométrica e elementar estão entre os mais antigos da região porque seguem protótipos do séc. XI; no entanto, há pelo menos uma fresta da parede norte que parece não ser de restauro e que apresenta elementos datáveis do século XIII (colunelos com bases bolbiformes e fuste prismático, o que deve querer dizer que o arranjo das frestas deve ter ocorrido no séc. XIII, reaproveitando e imitando soluções anteriores). O arco triunfal (que muito provavelmente foi alteado na última fase de construção da igreja) ficou relativamente aberto, com arcada quebrada e colocando-se no seu topo uma rosácea radial. Ou seja, o remate superior da nave e a rosácea sobre o arco triunfal, protogótica, poderão datar já do século XIII²⁹.

A referência aos portais da igreja de S. Salvador de Bravães requer um pequeno comentário a propósito de portais românicos. Os portais constituem-se como limiar/fronteira entre o espaço profano e o espaço sagrado do interior da igreja. É isso que explica a associação de motivos de protecção³⁰ aos portais, colocados na sua base, a suportar lintéis e tímpanos, nas arquivoltas ou nos próprios tímpanos, sejam eles animais significando o mal que deve ficar fora do espaço sacro (serpente, basilisco³¹, sereia, etc.) ou, pelo contrário, animais protectores (leão, boi, cão, etc.) ou sinais de protecção (signo de Salomão, cruzes, etc.). O portal ocidental, por seu lado, estava associado a rituais funerários durante os quais se proferia a antifona "*In Paradisum*"; era também na sua frente que, muitas vezes, se colocava um espaço funerário. É isto que explica que o portal ocidental de algumas igrejas românicas receba programas decorativos alusivos ao Julgamento Final que os tornam portais da Glória, do Céu, ou da Salvação, muitas vezes aí se figurando uma *Maiestas Domini*.

O mosteiro de **Ermelo** (Arcos de Valdevez), já documentado para o tempo da condessa D. Teresa, adoptou regra de Cister no século XIII. A sua igreja românica não foi concluída talvez por causa das suas limitadas capacidades económicas (resta a capela-mor e arcadas de entrada para duas capelas laterais e, talvez, alguns restos de paredes das naves; é possível que o projecto inicial incluísse três capelas quadrangulares, com a central mais alta e profunda que as laterais, ao modo cisterciense, transepto não saliente e, talvez, três naves). A cabeceira desta igreja documenta obras que, provavelmente, se realizaram no fim do século XII (bases bolbosas das suas colunas) e nos inícios do século XIII (capitéis na sequência de outros na sé de Tui e rosácea protogótica sobre o arco triunfal).

A **Ermida de Santo Abdão** da **Correlhã** deve corresponder a motivação devocional ou funerária. O seu portal deve ser posterior aos meados do século XIII

²⁹ Cf., por exemplo, ALMEIDA, 2001, p. 96.

³⁰ Ou, dito de outra forma, motivos apotropaicos.

³¹ Como acontece no portal norte de Bravães.

(tipo de capitéis e de modinatura de impostas e de arcadas); trata-se de uma manifestação de um *românico tardio, de resistência*, ou de um protogótico rural. O tímpano do portal ocidental apresentava uma cruz hasteada com ave em cima, um falo de quatro palmos de alto (que, no século XVII, por ser considerado indecente, os visitantes do arcebispo mandaram picar) e um nó de Salomão (fot.). Trata-se de um bom exemplo de escolha de motivos apotropaicos para os quais já anteriormente chamamos a atenção.

A **Capela da Comenda** (Távora, Arcos de Valdevez) possui um conjunto de inscrições³²; em dois silhares na face externa da parede Sul da nave, há uma inscrição com a data de 1294. Esta capela é, assim, um bom exemplo do *românico ruralizado e de resistência* nesta região.

*

A igreja de **S. Pedro de Rates** e a **igreja catedral de Braga** (fots.10, 11 e 12) exerceram grande influência na arquitectura que se criou no âmbito da arquidiocese de Braga, o *românico de Braga-Rates*; devemos lembrar que os limites desta arquidiocese, no período a que nos reportamos, ultrapassavam largamente os do *Minho*³³.

Estas duas igrejas foram estudadas, por exemplo, quer por Manuel Real, quer por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, não sendo os seus pontos de vista coincidentes, o que tem implicações relativamente a matérias de atribuição cronológica; remetemos os leitores interessados na compreensão destas duas igrejas para os seus estudos³⁴, uma vez que reportar os pontos de vista destes dois autores seria demasiado longo nesta ocasião. O que é certo é que estas duas obras tiveram enorme influência no âmbito da arquidiocese de Braga quer ao nível de algumas das soluções construtivas (por exemplo, o uso de

³² [...] T [...] / E(ra): M: CC: X: VIII: XVIII: K(a)L(e)ND(a)S: O(c)T(o)BRIS: [...]; gravada no tímpano do portal ocidental; era de 1218, A.D. 1190; cf. BARROCA, 2000, vol I, Tomo I, nº166, p. 437-439.

E(ra) M CCC XXX II; em dois silhares na face externa da parede Sul da nave; era de 1332, A.D. 1294; cf. idem, nº 429, pp. 1108-1109.

ERA M CCC LX V; em dois silhares da fachada ocidental, à direita do portal ocidental, na fiada imediatamente abaixo do modilhão destinado a sustentar estrutura de madeira desaparecida; pode comemorar a sua construção; era de 1365, A.D. 1327; cf. idem, vol. II, nº 567, pp. 1523-1525.

Há ainda uma outra inscrição, talvez funerária, da era 1300, A.D. 1292; cf. idem, vol. II, nº726.

³³ Como já referimos e agora voltamos a recordar, até c. 1381-1386, o Alto Minho integrava-se na diocese de Tui, passando então a constituir a Administração de Valença. Mais tarde esta região integrar-se-ia na diocese de Ceuta. Só 1512 foi integrada na arquidiocese de Braga. Até 1545, a arquidiocese de Braga incluía a vastidão transmontana; só a partir desta data uma parte de Trás-os-Montes passou a integrar a diocese de Miranda, então criada. Como já referimos os limites da arquidiocese de Braga e da diocese do Porto também não eram os de hoje.

³⁴ Por exemplo, REAL, 1982; REAL, 1990, pp. 435-511; ALMEIDA,, 1978, por exemplo, pp. 200-203 e 255-256; ALMEIDA, 1988, pp. 72-74 e 76-78; ALMEIDA, 2001, pp. 103-105 e 107-109.

arcos-diafragma nos quais se apoiam os vigamentos de telhados), quer ao nível do gosto que se manifesta na escultura arquitectónica. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, ao nível da escultura arquitectónica, nestas duas obras vão-se afirmando diferentes fases no gosto escultórico em vários períodos, entre os quais destaca o segundo quartel do século XII (capitéis cujo cesto recorda a forma cúbica do bloco de pedra original, com volutas fortes e vincada decoração vegetal com folhas espinhosas, de nervuras esquemáticas, volumosas e salientes; bases de colunas de relativo arcaísmo; frisos e impostas em que dominam os enxaquetados), os meados do século XII (frisos e impostas com fitas perladas e entrelaçadas, palmetas e folhas pontiagudas; capitéis com quadrúpedes ou aves afrontadas na sua parte central ou na esquina superior do cesto, no lugar das volutas, de cuja boca pendem homens ou animais de cabeça para baixo, segundo protótipos franceses, possivelmente borgonheses, desconhecidos no românico galego; estes modelos vão popularizar-se no *românico bracarense* c. 1150-1200 e manter-se-ão ao longo de todo o séc. XIII) e os finais do século XII (tímpanos com cruz vazada entre laçarias; capitéis e arcadas com folhagens, ovas, cabeças-bico)³⁵.

Também o *românico de Braga* terá uma longa pervivência e entre os bons exemplos do românico tardio nesta região poderemos referir a igreja de **S. Romão de Arões** (Fafe), cujo altar-mor foi dedicado em 1237, a igreja paroquial de **Serzedelo** (Guimarães) talvez de meados do século XIII, a igreja do mosteiro beneditino de **Fontarcada** (Póvoa de Lanhoso) também, provavelmente, de meados do século XIII, e.

Na verdade, na igreja de **Serzedelo** usam-se cachorros lisos e os portais não têm colunas. Esta igreja possui uma ante-igreja, um espaço de vocação funerária, com a mesma largura mas mais baixo que a nave da igreja propriamente dita. Conserva-se ainda a sua sineira que se apresenta como bloco maciço perpendicular à fachada ocidental (fot. 13).

Relativamente a **Fontarcada**, está documentada cerca de 1257 uma dádiva de 10 morabitinos «*para as obras*», data que deve corresponder ao estilo da capela-mor (fot. 14), dadas as suas características já protogóticas de iluminação, de espacialidade, de ritmo (marcado por um nível térreo de arcadas cegas e por outro de arcadas cegas e de outras que enquadram amplas frestas), de gosto escultórico (capitéis com cabeças e vegetação ou muito finos e altos; tipo de frisos; na cabeceira existem capitéis com folhas feitas a bisel, reflexo do românico da Bacia do Sousa; nesta cabeceira, no entanto, reaproveitaram-se elementos dos meados do século XII do que é exemplo um capitel da escola de Rates), e a abundância de siglas; também de acordo com esta cronologia de meados do século XIII está a cornija apoiada em pequenos arcos (e não em cachorros como vimos ser comum em datas anteriores). Os portais desta igreja são também protogóticos (sapatas, bases bolbosas, fustes finos, capitéis das colunas em estilo ruralizado, arcadas já quebradas); na verdade, o tímpano do portal ocidental figura um Cordeiro de tal modo naturalizado que, como Carlos Alberto Ferreira de

³⁵ ALMEIDA, 2001, pp. 104-105.

Almeida argumentava, parece esquecida a imagem apocalíptica do Cordeiro de Deus, o *Agnus Dei*³⁶.

Arquitectura Militar

Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Mário Barroca deram um contributo inestimável e incontornável à compreensão da arquitectura militar da *Reconquista*, pré-românica e românica³⁷. Os trabalhos destes dois investigadores, apoiados na análise de vasta documentação, clarificaram as circunstâncias em que se afirmou o castelo românico e as suas características. Claro que muitos destes castelos românicos, mantendo-se em uso nos séculos subsequentes, foram recebendo obras que os foram adaptando a novas formas de fazer a guerra. Assim aconteceu, por exemplo, no castelo de Guimarães. Mário Barroca identificou vários pontos em que subsistem partes dos muros do castelo românico, ao nível das primeiras fiadas da cerca, e que indicam que a reforma gótica deve ter seguido mais ou menos o traçado da cerca românica³⁸.

Arquitectura Gótica

A arquitectura gótica caracteriza-se por uma forma particular de conceber e organizar o espaço, de tratar a luz e por soluções construtivas que lhe são características, particularmente, o uso combinado do arco quebrado, da abóbada de cruzamento de ogivas e do arcobotante.

As abóbadas de cruzamento de ogivas resultam do cruzamento de pelo menos dois arcos quebrados sobre os quais assenta a cobertura; estes arcos canalizam os impulsos das abóbadas para os seus apoios, ou seja, para pilares com colunas adossadas, libertando os muros da função de suporte das abóbadas, o que permitia rasgar as paredes com grandes janelões e conseguir uma abundante iluminação. Este sistema construtivo resultou, em muitos casos, na utilização de arcobotantes.

Um dos primeiros exemplos do uso combinado destes três recursos construtivos (arco quebrado, abóbada de cruzamento de ogivas e arcobotante) terá ocorrido na obra de remodelação da igreja da abadia beneditina de Saint Denis, iniciada cerca de 1140 por iniciativa do abade Suger. Nesta importante abadia – panteão régio, onde se guardavam as *regalia*, possuidora de relíquias – guardavam-se escritos então atribuídos a São Dinis, o Areopagita, companheiro de S. Paulo, nos quais se repetia a ideia “Deus é luz”. Suger revela-nos o seu entendimento da obra que havia realizado nas inscrições que se colocaram na porta ocidental : «*Clara é a nobre obra; mas sendo nobremente clara, a obra/ deve aclarar as mentes, de tal forma que*

³⁶ ALMEIDA, 2001, p.110.

³⁷ Vejam-se, por exemplo, ALMEIDA, 1989, BARROCA, 1990 – 1991 e BARROCA, 2003.

³⁸ BARROCA, 1996.

possam viajar, através das verdadeiras luzes,/ para a Verdadeira Luz onde Cristo é a verdadeira porta. (...) A mente obscura eleva-se à verdade através do que é material/ E, vendo esta luz, é ressuscitada da sua submersão anterior»³⁹. Esta é uma concepção nova da arquitectura eclesial, segundo a qual a igreja serve de palco à manifestação divina e ajuda os fiéis a elevarem-se para Deus⁴⁰. Certamente, Suger pretendia que a nova cabeceira da igreja desta abadia fosse iluminada, clara, não sendo possível obter tal efeito com técnicas construtivas românicas, usando-se, portanto, recursos construtivos que já vinham sendo experimentados e que, na obra da igreja de Saint Denis, se usarão conjugadamente. De cronologia muito próxima são também as obras da catedral de Sens no tempo do bispo Henri Sanglier e, de forma consideravelmente rápida, este novo modo de construir contagiará a França e outras paragens europeias, com todas as suas consequências ao nível das possibilidades de homogeneização do espaço, da exploração de efeitos de verticalidade e de iluminação.

Em Portugal, a introdução das formas góticas fez-se com a construção da igreja e mosteiro de Alcobaça, mosteiro cisterciense. Segundo os documentos primitivos da Ordem de Cister⁴¹, a fundação de uma nova abadia devia ser acompanhada pela criação de uma série de infra-estruturas⁴², o que conduziu à criação de equipas de construção próprias. Só isso pode explicar Alcobaça, ou seja, que, num reino onde só se construía ao modo românico, pudesse surgir um complexo arquitectónico que manifestasse uma tão completa compreensão do modo de construir gótico. A obra que chegou até nós deve resultar de uma campanha iniciada depois de 1195, altura em que o mosteiro foi vítima de um ataque muçulmano, sendo depois necessário reorganizar a comunidade, ultrapassar os estragos causados e reiniciar as obras. Em 1223, os monges

³⁹ HOLT, 1981, vol. I, p. 25 (este texto, inserido no Livro de Suger, Abade de St.-Denis, era parte dos versos colocados na porta ocidental; tradução para português da nossa responsabilidade).

⁴⁰ HECK, 1996, p. 288.

⁴¹ NASCIMENTO, 1999, pp.57 e 83.

⁴² Para a fundação de uma nova abadia, segundo os *Estatutos anteriores a 1134*, «Serão doze os monges a enviar com um abade, que fará o número de treze, a fundar novos mosteiros; não sejam para aí destinados enquanto o local não estiver fornecido com livros, casas e as coisas indispensáveis: por livros entenda-se o missal, a Regra, o livro de usos, o saltério, himnário, o colectário, o leccionário, o antifonário, o gradual; por casas, o oratório, o refeitório, o dormitório, a cela de hóspedes e de porteiro; por coisas indispensáveis, mesmo de carácter material, aquelas que tornam possível aí viver e aplicar a regra sem tardar»; cf. idem, p. 83. Segundo o *Exórdio de Cister* (c. 1134-1147), «Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular.»; cf. idem, p. 57 (sublinhados da nossa responsabilidade).

mudaram-se para a abadia nova. A igreja do mosteiro de Alcobaça veio a ser sagrada em 1252⁴³.

E no *Minho*? A partir do século XIII, houve um grande dinamismo construtivo no *Minho* marcado pela fundação de novas povoações muralhadas, pela criação e ampliação de cercas urbanas, por reformas de castelos, pela erecção de casas-torres, de *domus fortis* e paços nobres, do paço episcopal de Braga iniciado pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, de paços de concelho, de pelourinhos e de pontes⁴⁴. Também ao nível da construção de igrejas, de mosteiros e de capelas devemos assinalar alguns casos notáveis.

Arquitectura Religiosa

Como vimos, no *Minho* houve uma extraordinária densidade de igrejas - monásticas e paroquiais - e de capelas construídas ao modo românico. Isto significa que, onde ainda hoje subsistem igrejas românicas, não se sentiu necessidade - ou não houve meios - para as substituir inteiramente posteriormente, por exemplo, ao modo gótico. No entanto, na região de que nos ocupamos há importantes construções eclesiais e monásticas, assim como capelas construídas ao modo gótico.

No perímetro da Sé de **Braga** conservam-se três capelas funerárias góticas, a **Capela de Nossa Senhora da Glória**, a **Capela de S. Geraldo**⁴⁵ e a **Capela de Nossa Senhora do Livramento** ou **dos Reis**.

A **Capela de Nossa Senhora da Glória** é a capela funerária do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira (1326-1348) e está acompanhada por torre defensiva. Conhece-se o documento de instituição desta capela, datado de 27 de Abril de 1334⁴⁶. Trata-se de uma capela de razoáveis dimensões ainda que

⁴³ Cf., por exemplo, DIAS, 1994, p. 51. Deverão também ver-se as leituras de Mário Barroca das muitas inscrições existentes no mosteiro Alcobaça em BARROCA, 2000.

⁴⁴ Por razões de espaço editorial não será possível tratar este tema. A construção de pontes foi, no entanto, importantíssima no período gótico e nesta região. Deve ter-se em mente, no entanto, que uma ponte, para além da sua função óbvia, se constituía como importante marca e, muitas vezes, implicava mesmo uma reconfiguração da paisagem.

⁴⁵ Esta capela foi profundamente reconstruída e alterada. A Capela de S. Geraldo foi escolhida pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) para local da sua sepultura em campa rasa, o que ocasionou um programa de decoração desta capela de grande qualidade e ao gosto barroco da época (azulejaria da *Grande Pintura*, talha de *Estilo Nacional*, pintura e novas janelas). Aconselha-se a visita desta capela no dia de S. Geraldo, altura em que as vendedeiras de fruta de Braga decoram esta capela e, particularmente, o retábulo com fruta fresca: o espectáculo resultante é surpreendente e fantástico.

⁴⁶ O documento de instituição desta capela, já referido e conhecido por Alberto Feio, foi estudado e publicado por Maria Helena da Cruz Coelho; cf. COELHO, 1990.

com uma estrutura simples, de planta rectangular e com cobertura de madeira; o aparelho é cuidado e exteriormente, nas fachadas laterais, apresenta cachorros de proa; a espacialidade desta capela, bem como os três amplos lumes geminados e em arco quebrado na sua parede nascente manifestam um gosto gótico (fot. 15). Esta capela alberga o túmulo do arcebispo, de grande qualidade (fot. 16); trata-se de um dos poucos exemplos de tumulária medieval portuguesa de que se conservou o contrato dado a conhecer por Alberto Feio⁴⁷. Este contrato, lavrado em Lisboa e datado de 11 de Junho 1334, portanto, pouco posterior à instituição da capela, revela-nos os escultores contratados, Mestre Pero, morador em Coimbra, e Tello Garcia, morador em Lisboa, *mestres das imagens* que se obrigaram por suas pessoas e bens a fazer e acabar a D. Gonçalo, Arcebispo de Braga, *um moimento e sua coberta, que devem lavrar, aperfazer e afigurar, assi de figuras como de signais, por aquela guisa que o Arcebispo mandar*; deviam começar a obra em meados de Junho próximo e dela não erguer mão até que estivesse acabada⁴⁸, devendo os dois mestres receber duzentas libras portuguesas, pagando cada um que não cumprisse o estabelecido multa de igual quantia⁴⁹.

Também adossada à catedral de **Braga**, se encontra a capela funerária do arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente (1374-1397), a **Capela de Nossa Senhora do Livramento** que é também conhecida por **Capela dos Reis** por aí se encontrarem os túmulos de D. Teresa e do conde D. Henrique (fot. 17). Trata-se de uma arquitectura sofisticada e complexa, quer do ponto de vista construtivo, quer pelas suas opções de organização espacial. A capela, de consideráveis dimensões, é inteiramente abobadada com abóbadas de cruzaria de ogivas. A planta do edifício que veio a construir-se organiza-se como se fora um rectângulo com os cantos cortados, o que dá uma configuração poligonal aos extremos, sendo provável que, no decurso da obra, se tivesse decidido proceder a um aumento, procurando-se com isso simetria entre os topos nascente e poente. Carlos Alberto Ferreira de Almeida caracterizava esta formulação espacial como *naviforme* e suspeitava que as opções de concepção espacial que aqui se foram fazendo, tanto mais que se trata de um espaço funerário, estivessem carregadas de intenções⁵⁰.

Em 1342 colocava-se na vila baixa de Guimarães um cruzeiro que o povo de **Guimarães** mandou fazer ao mercador Pero Esteves, natural de Guimarães e morador em Lisboa, *à honra de Deus e de Santa Maria e por esta vila mais honrada ser*⁵¹. É esse cruzeiro abrigado por uma *arquitectura-cibório* com

⁴⁷ FEIO, 1925.

⁴⁸ Idem, p. 4.

⁴⁹ Idem, p. 7.

⁵⁰ ALMEIDA e BARROCA, 2002, p. 61.

⁵¹ Veja-se leitura de Mário Barroca da epígrafe em lâmina de bronze que se encontrava no fuste deste cruzeiro e que agora se conserva no Museu de Alberto Sampaio: "AA (h)ONRA |+| De + DEUS + E De + / SanCta + MARIA + E POR + ES / TA + VILA + MAIS + (h)ONRA / DA + SEER + E O POBOO + F / EZ + FAZER + ESTA + OBR / A + PERESTEVEZ + De + GU/IMARAAES + MERCADOR + / MORADOR + EN + LIXBOA /

abóbada de cruzaria de ogivas (fot. 18) que é conhecido localmente como *Padrão do Salado*; desconhece-se, no entanto, qualquer apoio documental que estabeleça relação entre este conjunto arquitectónico e escultórico e a batalha do Salado e a inscrição na lâmina de bronze que se encontrava embutida no fuste do cruzeiro também não faz qualquer referência a tal batalha; de resto, em documentação já do século XV, revelada e estudada pelo Prof. José Marques, tal associação também continua ausente e as referências fazem-se ao «*padrom que esta na praça da dicta villa que he principall emvocaçom de Santa Maria d'Oliveira onde per dias e tenpos e ffeitas do ano vêem y muita rromajem assy de grandes ssenhores como de outros de mais pequena condiçam assy do rreyno como de ffora delle*»⁵². No *Livro dos Milagres de Nossa Senhora da Oliveira*, o tabelião de Guimarães Afonso Peres relata o milagre da oliveira: «na era de mill trezentos e oytenta annos⁵³ oyto dias do mês de Outubro ffoy [posta a] cruz na [Aluaçaria de Guimarães e adusseu hi Pero Estevez] nosso natural e ffilho que ffoy de Stevam Garçia em outro tempo mercador de Guimaras e aqual Cruz Gonçallo Esteues irmaao do dicto Pero Estevez diz que ffoy uontade de deus que lhy deu a entender que [fosse a Lormandia Ana] FFrol e que [comprasse a dita cruz e] adusesse a esse logar de Guimarans hu esta asentada a par da oliueira a qual oliveira quando esta Cruz a par della asantaram era seca e daquel dia a tres dias que esta Cruz hy [assentaram] começou de enverdecer e deytar ramos⁵⁴». Ficamos assim a saber que o mercador Pero Esteves fora comprar o cruzeiro à Normandia *Ana FFrol*, certamente, Honfleur (fots. 19 e 20), como Albano Bellino propôs⁵⁵.

A **igreja colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães** (fot. 21) que conhecemos resulta do cumprimento de um voto de agradecimento de D. João I a Nossa Senhora da Oliveira pela vitória na batalha de Aljubarrota. O mestre da obra foi João Garcia de Toledo, que já havia sido vedor das obras do rei D. Fernando⁵⁶. A obra foi começada a 6 de Maio de 1387 e a igreja sagrada FILHO + De + STEVAm + GarCI / A + E De + MarTA + PerEZ + NA + Era / + M^a + CCC^a + L^a XXX^a + ANOS + / VIII + DIAS + De + SeTENBRO + / + ML. A FEX + ” (cf. BARROCA, 2000, vol. II, Tomo 2, nº603, p. 1642).

⁵² MARQUES, 1981, p. 247

⁵³ Este texto refere o mesmo ano (era de 1380, ano de 1342) mas não o mesmo mês da inscrição.

⁵⁴ FERNANDES, 2006, p.107. Na transcrição desta autora que aqui seguimos os itálicos indicam os desdobramentos de abreviaturas; as partes do texto entre parêntesis rectos indicam leituras feitas a partir da cópia existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, cópia C, sempre que o manuscrito transcrito (ANTT, Colegiada da Oliveira de Guimarães, documentos eclesiásticos, maço nº 3, manuscrito nº 19) se encontrava ilegível.

⁵⁵ Cf. BELLINO, 1900, pp. 124-127.

⁵⁶ Mário Barroca, no seu monumental estudo de epigrafia medieval portuguesa, deu decisivos contributos para um melhor conhecimento da actividade deste mestre. Cf. BARROCA, 2000, vol. II, T. II, nº 673, p. 1918-1927; vejam-se também BARROCA, 2000, vol. II, T. II, nº 617, nº 664 e nº 667, respectivamente, pp. 1692-1697, 1878-1886 e 1891-1897.

em 1401⁵⁷, fazendo-se um esforço para a concluir em 1413. Corresponde ao que Pedro Dias definiu como a igreja-tipo de média dimensão gótica portuguesa⁵⁸: três naves com arcadas longitudinais e transepto cobertos de madeira, e cabeceira com três capelas que deveriam possuir abóbadas de cruzamento de ogivas. Nos tectos de madeira da nave central e do transepto, alguns dos frisos, mísulas e vigamentos conservam a pintura original, provavelmente, das primeiras décadas do século XV; estas pinturas apresentam grande variedade temática (brasões, cenas figurativas, algumas de carácter religioso e mariano como, por exemplo, uma *Anunciação* e uma *Fuga para o Egipto*), assim como motivos de carácter decorativo⁵⁹. Sobre o portal ocidental desta igreja abria-se um grande janelão (hoje, entaipado) (fots. 22 e 23) em cujo vão se figurava a *Árvore de Jessé*, ou seja a ascendência de Jesus começando em Jessé e no rei David, seu filho (conserva-se apenas a escultura de Jessé no Museu de Alberto Sampaio). A *Árvore de Jessé*, culminando, como é próprio dessa iconografia, na figuração da *Virgem com o Menino*, encontrava-se enquadrada por uma *Anunciação* e alguns *Apóstolos* nas ombreiras e por anjos e anjos músicos nas arquivoltas. Tratava-se, portanto de um programa mariano, adequado a uma igreja da invocação de Santa Maria como esta era e correspondendo ao voto do encomendador mas que, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs, se articulava com a presença da oliveira dos milagres existente na praça fronteira «*Só a associação da Oliveira sagrada com a Árvore de Jessé nos possibilita a concepção, certamente devida ao mestre João Garcia, desta janela-retábulo, como palco do sagrado*»⁶⁰.

Como é sabido, as ordens mendicantes desempenharam um papel fundamental na assimilação e difusão das formas góticas em Portugal⁶¹. Na cidade de **Guimarães** subsistem a **igreja e claustro** góticos da Ordem de **S. Domingos** ou dos Pregadores, assim como a **igreja e casa do capítulo** da Ordem de **S. Francisco**, obras que, no entanto, foram objecto de transformações com arranjos posteriores. Trata-se de exemplares de arquitectura mendicante medieval tardia, iniciadas, provavelmente, respectivamente, nos finais do séc. XIV e no início do séc. XV. Na verdade, não se conservaram as primitivas casas de dominicanos e de franciscanos em Guimarães, uma vez que D. Dinis, no contexto da guerra civil com seu filho D. Afonso, mandou que as suas casas se mudassem para outra localização por estarem então muito próximas da cerca, dificultando a defesa da vila.

Segundo a tradição das crónicas da Ordem dos Pregadores, seguida por

⁵⁷ Cf. BARROCA, 2000, vol. II, T. II, nº732, pp. 2057-2067.

⁵⁸ DIAS, 1994, p. 18.

⁵⁹ Estas pinturas são difíceis de usufruir à vista desarmada em condições de iluminação normais e pela posição em que se encontram. No entanto, podem ver-se algumas fotografias destas pinturas no site www.monumentos.pt, na ficha relativa à Igreja e Colegiada de Guimarães.

⁶⁰ ALMEIDA e BARROCA, 2002, p. 62.

⁶¹ Cf. DIAS, 1994, pp.18, 76-77. Sobre este assunto, vejam-se também, por exemplo, CHICÓ, 1968 e ALMEIDA e BARROCA, 2002.

D. Rodrigo da Cunha⁶², o início das obras da actual **igreja de S. Domingos de Guimarães** (fot. 24), teria sido muito apoiado pelo arcebispo de Braga D. Lourenço Vicente (1374-1397), devendo datar dos finais do século XIV. Trata-se de uma igreja de três naves, com transepto e cuja cabeceira tinha três capelas. A construção da actual **igreja de S. Francisco de Guimarães** (fot. 25) foi autorizada por D. João I em 1400⁶³. Da igreja gótica, conservam-se, sobretudo, o portal axial e a capela-mor. O portal ocidental é simples, com apenas três colunas de cada lado; no entanto, é provável que os seus capitéis mais exteriores façam referência a milagres de S. Francisco descritos nos primeiros textos biográficos que lhe foram dedicados. Dada a modéstia da qualidade da escultura não é possível interpretá-la com absoluta precisão mas, do lado do Evangelho vê-se um monge que se dirige a um quadrúpede (ovelha?) e duas aves (alusão à pregação de S. Francisco às avezinhas⁶⁴ e a um dos seus episódios com ovelhas⁶⁵) (fot. 26) e no do lado da Epístola vê-se um monge agarrando um quadrúpede e uma mulher com uma criança (outra alusão aos episódios de S. Francisco com ovelhinhas e ao seu auxílio a mulher durante parto⁶⁶) (fot. 27). A capela-mor, espaçosa e abobadada dispõe de amplas janelas que lhe proporcionariam uma abundante iluminação. A **Igreja matriz de Viana** deve ter-se começado a construir pelos inícios do século XV. Em 1420 cobravam-se impostos para ajudar ao culto e em 1439 solicitou-se a ajuda de D. Afonso V para se concluírem as obras⁶⁷. As torres devem ter sido acabadas mais tarde pois ostentam as armas de D. João II (1481-1495) e do bispo de Ceuta D. Frei Justo Balduino que em 1478 viu integrada no seu bispado a Administração de Valença⁶⁸. A construção gótica foi profundamente alterada ao longo dos séculos e, mais radicalmente, após o incêndio que aí ocorreu em 1809. Conserva-se bem, no entanto, a sua frontaria gótica que integra um portal com um interessante programa iconográfico que o constitui com portal de Salvação: estátuas-colunas figuram alguns Apóstolos (São Bartolomeu, São Tiago Maior e S. Pedro, S. Paulo, S. João Evangelista e Santo André); na arquivolta exterior figura-se, ao centro, o Salvador como Cristo Juiz do fim dos tempos, acompanhado por anjos que ostentam instrumentos da Paixão, garantia de Salvação para os homens, assim como anjos trocando trombetas; de ambos os lados do portal, mais dois anjos do Apocalipse tocam trombetas, convocando vivos e mortos para o Julgamento. Os Apóstolos aqui figurados revelam uma curiosa selecção que – e trata-se de Viana – escolhe preferencialmente Apóstolos pescadores (S. Pedro e Santo André, S. Tiago e S. João), aos quais se associa S. Bartolomeu (associado a práticas devocionais

⁶² CUNHA, 1989, vol. II, p. 206.

⁶³ DIAS, 1994, p. 131.

⁶⁴ Cf., por exemplo, *Fontes Franciscanas*, I, pp. 278-279 (in *Tomás de Celano – Vida Primeira*), 671 (*Legenda Maior*), etc.

⁶⁵ Cf., por exemplo, *ibidem*, pp. 291-293, etc.

⁶⁶ Cf., por exemplo, *ibidem*, p. 281, etc.

⁶⁷ ALMEIDA, 1987, p. 79.

⁶⁸ DIAS, 1994, p. 154.

que incluem ritos de água, do que é exemplo a devoção e romaria de S. Bartolomeu do Mar, Esposende, a cerca de 20 km de Viana, que inclui entre outras manifestações religiosas e devocionais, o rito do *banho santo* no mar a 24 de Agosto⁶⁹) e S. Paulo que, sendo o Apóstolo dos gentios é, tal como S. Pedro, um dos pilares da Igreja. Como Carlos Alberto Ferreira de Almeida havia notado estas escolhas estão intimamente relacionadas com as devoções da vila e da sua área; na verdade, três das portas da vila eram dedicadas a S. Pedro, S. Tiago e S. João, havendo grande devoção nesta zona costeira a Santo André e S. Bartolomeu⁷⁰.

Arquitectura Civil

Arquitectura Militar

À medida que a guerra se foi tornando cada vez mais guerra de cerco, de longa duração, fazendo recurso a engenhos de guerra, e, inclusive, preferindo cada vez mais como alvos os centros urbanos (sobretudo, a partir do século XIV), houve que proceder à adaptação das arquitecturas militares a estas novas circunstâncias. Uma vez que o castelo já não podia ser entendido como um mero refúgio mas, perante estas novas formas de fazer a guerra, se requeria a capacidade de os sitiados se defenderem de uma forma activa, os castelos góticos irão ser concebidos de forma diferente do castelo românico (por exemplo, a torre de menagem aproxima-se ou integra-se na muralha; torna-se mais relevante ainda a presença de cisterna e/ou de poço) e vão dotar-se de uma série de recursos necessários a uma defesa activa (caminho de ronda no topo da espessa muralha protegido por parapeito com merlões⁷¹, torreões, alambor, balcões sobre matacães, hurdícios, *machicoulis*, barbacãs, couraças, etc.).

Um bom exemplo, no *Minho*, de um inovador castelo ao modo gótico é o **castelo do Lindoso**, provavelmente do tempo de D. Afonso III. As renovações e reformas de castelos serão intensas no reinado de D. Afonso III e, especialmente, no de D. Dinis, reformando-se ou fazendo-se os castelos de **Melgaço** (fots. 28, 29 e 30), **Monção**, **Cerveira**, **Caminha**, **Castro Laboreiro**, obras muitas vezes prosseguidas nos reinados seguintes, por exemplo, nos de D. Fernando, de D. João I e posteriormente, por força de conflitos internos e, nas margens do rio Minho e zona de fronteira, também por força de conflitos externos. O castelo de **Lapela**, do qual só se conserva a torre de menagem, deve ter sido construído durante os reinados de D. Pedro I e de D. Fernando.

Deve notar-se que durante o reinado de D. Dinis se promoveu uma importantíssima actividade de reforma em dezenas de castelos do reino. Poderá datar deste reinado uma reforma da cerca do castelo de Guimarães,

⁶⁹ OLIVEIRA, 1984, pp. 239-250.

⁷⁰ ALMEIDA, 1987, pp. 79-80.

⁷¹ Já existentes anteriormente. No período gótico são frequentes os merlões *deitados* (mais largos do que altos).

à qual foram acrescentados torreões defendendo as portas e ao longo do seu perímetro.

Como se disse, os centros urbanos são cada vez mais escolhidos como alvos destas guerras de cerco, o que tornou necessário renovar e adequar as suas cercas (quando já existiam) ou fazê-las de raiz (como aconteceu em **Guimarães**, num processo do qual Maria da Conceição Falcão Ferreira encontra sintomas a partir de 1265⁷²). Há também que ter em conta a política régia de «fazer vilas» em locais estratégicos e de as dotar com cercas do que são exemplo, no Minho, **Contrasta/Valença** e **Melgaço**, fundadas no reinado de D. Sancho I (e cujas cercas começaram por ser ainda à românica), e **Viana** (da Foz do Lima, depois, do Castelo), **Caminha** e **Monção**, fundadas por D. Afonso III, que promoverá, também, a conclusão e reforma das muralhas de **Melgaço** (terminadas em 1263 por Mestre Fernando, o autor de um dos mais antigos balcões sobre matacões portugueses⁷³). O desenvolvimento da «vila nova» que deu origem à actual **Vila Nova de Cerveira**, com a sua muralha que mais parece um castelo, data do reinado de D. Dinis.

As renovações e reformas (incluindo o alargamento dos perímetros) de cercas urbanas continuarão nos reinados de D. Dinis (no *Minho*, reforma-se a cerca de **Monção**, continua-se a cerca da vila baixa de **Guimarães** e continua a alargar-se a cerca de **Braga** por iniciativa dos arcebispos, detentores do senhorio), de D. Fernando I e de D. João I (**Monção**, **Guimarães**, **Braga**, **Ponte do Lima**, **Caminha** e **Viana**). Do século XV data a cerca de **Barcelos** cuja construção foi promovida por D. Afonso, conde de Barcelos e, depois, duque de Bragança.

Os estudos do Professor José Marques esclarecem-nos sobre o longo processo de construção da **cerca urbana** e do **castelo de Braga**. A cerca já existia em 1161 e foi sendo alargada, multiplicando-se as referências documentais à rua e porta do Souto desde 1210, o que significa que, por essa altura, a cerca urbana havia sido alargada para incluir no intra-muros a igreja de S. João do Souto. Em 1301 as obras de alargamento da cerca continuavam. Por 1315, portanto, nos últimos anos do reinado de D. Dinis, construía-se o *castelo novo* de Braga, iniciativa que, no entanto, sendo Braga um senhorio eclesiástico, esta iniciativa deve ter sido da responsabilidade dos arcebispos, ou seja, o castelo de Braga, do qual só se conserva a torre de menagem (fot. 31), foi um castelo senhorial. Em 1359, D. Pedro I ordenava o lançamento da sisa na cidade de Braga e seu termo, destinando parte dos montantes a despesas *pera afortalezimento que se faz na dicta cidade*. Em 1380 os trabalhos continuavam sob orientação de três mestres, João Mouro, Pero Sanaschais e João Pedreiro aos quais era devido um pagamento de mil e quinhentas libras. Em 1398, D. Martinho Pires da Charneca obtém de D. João I autorização para *mandar reparar e corregger o castello*. A partir de 1402 a jurisdição da cidade e couto de Braga passou para o rei e esta obra passou a ser da responsabilidade do conselho e da

⁷² FERREIRA, 2010, p. 236, nota 250.

⁷³ Cf., por exemplo, BARROCA, 2000, vol II – Tomo I, p. 906- 909.

Coroa só regressando ao arcebispo D. Luís Pires em 1472. Em 1477, andava em construção a torre junto da porta de Santiago ⁷⁴.

Paços de Concelhos

O reforço da organização e do poder dos concelhos, de par com a definição dos seus termos e quando as suas reuniões passaram a ser feitas à porta fechada, resultou na construção de algumas casas e paços de concelho, processo que, em Portugal, se documenta desde o século XIV (por exemplo, no *Minho*, as primeiras referências documentais conhecidas, relativas à *Casa do Concelho de Ponte do Lima* e aos *Paços do Concelho de Guimarães*, datam, respectivamente, de 1380 e de c. 1384⁷⁵) mas que se intensifica no século XV e posteriormente. No *Minho* subsistem dois paços de concelho de origem medieval em **Guimarães** e em **Barcelos**, ambos com várias remodelações posteriores. Em ambos os casos trata-se de paços com arcaria no rés-do-chão, aberta para praças de grande importância nesses centros urbanos. O que se conserva e se documenta relativamente ao paço do concelho medieval de **Guimarães** (fot. 32), indica que, para além da arcaria do rés-do-chão, possuía uma câmara no primeiro andar, uma ampla sala, adequada para reuniões; deve datar de meados do século XV, ainda se pagando finta para a sua construção durante o reinado de D. Afonso V⁷⁶. O paço do concelho de **Barcelos** era constituído por uma torre e por um corpo rectangular, tudo sobre arcaria; Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs uma datação posterior a 1484 para este paço⁷⁷. Os pelourinhos simbolizam o poder municipal, difundindo-se a partir dos séculos XIV e XV. No século XV, alguns ostentam brasões de quem se responsabilizou pela sua erecção ou de quem tinha o direito de administrar a justiça, tratasse-se de senhorios laicos ou eclesiásticos. Em **Castro Laboreiro** e no **Soajo** conservam-se pelourinhos da tipologia mais simples (pedestal com degraus, esteio ou fuste e remate superior arredondado)⁷⁸ (fot. 33 e 34).

Residências Senhoriais

Os estudos de Mário Barroca provaram que, entre nós, no século XIII estão definidos dois modelos de residência senhorial: paços (normalmente da alta nobreza; difíceis de padronizar, muitas vezes integrando vários edifícios autónomos) e *domus fortis*/casas fortes (de pequenas linhagens em proces-

⁷⁴ MARQUES, 1986.

⁷⁵ ALMEIDA e BARROCA, 2002, p. 143

⁷⁶ ALMEIDA e BARROCA, 2002, p.148.

⁷⁷ ALMEIDA e BARROCA, 2002, p. 148.

⁷⁸ Uma outra tipologia é a dos pelourinhos de gaiola, a maioria dos quais foi erguida na segunda década do século XVI e até mais tarde. Cf., por exemplo, ALMEIDA e BARROCA, 2002, p.149-151.

so de ascensão social; integrando uma torre, anexos residenciais, cozinha e capela)⁷⁹.

A José Custódio Vieira da Silva devemos importantíssimo trabalho sobre os paços medievais portugueses⁸⁰. Também Mário Barroca tem dedicado a sua atenção a esta questão⁸¹.

Paço Episcopal de Braga

Aproveitando o alargamento do intra-muros de **Braga** aquando de alargamento e reforma da cerca urbana, o arcebispo D. Gonçalo Pereira (1326-1348) constrói um novo **paço episcopal** que continua a exibir o seu brasão de armas com a cruz floreada dos Pereiras (fots. 35 e 36). Este paço corresponde ao núcleo inicial do paço dos arcebispos que foi sendo objecto de acrescentos e alterações ao longo dos séculos seguintes⁸². O paço de D. Gonçalo Pereira dispunha de uma torre⁸³. Um acrescento a este núcleo inicial ocorreu cerca de 1439, da responsabilidade do arcebispo D. Fernando da Guerra que havia mandado construir umas câmaras e outro paço, constringendo os lavradores do couto *a fazer per força e contra direito muitas obras aalem do que eram theudos em no contrayuto firmado antre el rey don Joham meu avoo* [de D. Afonso V] *cuja alma Deus aja e o arcebispo dom Martinho* como foi revelado e documentado por José Marques⁸⁴. José Custódio Vieira da Silva propôs que a arcaria que sobrevive no actual Jardim de Santa Bárbara seja o que subsiste desse paço de D. Fernando da Guerra. Esta arcaria abrir-se-ia para um espaço central (entre ela e o paço de D. Gonçalo) que se constituía como pátio interior, como acontece noutros paços do século XV, por exemplo, no dos duques de Bragança em Guimarães⁸⁵.

Paços Nobres

Entre os paços nobres existentes em Portugal destacam-se dois no *Minho*, o **Paço do Conde de Barcelos (Barcelos)** e o **Paço dos Duques de Bragança em Guimarães**⁸⁶. Ambos se devem à iniciativa de D. Afonso, pelo casamento com D. Beatriz (1401), filha de D. Nuno Álvares Pereira, 8^a conde de Barcelos e, mais tarde, a partir de 1442, 1^o duque de Bragança.

⁷⁹ Cf., por exemplo, BARROCA, 1989, BARROCA, 1998 e ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp. 103-109.

⁸⁰ SILVA, 1995.

⁸¹ ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp.92-124.

⁸² MARQUES, 1983, pp. 43-49 e 74-81.

⁸³ SILVA, 1995, pp. 91-93 e ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp. 92-124.

⁸⁴ MARQUES, 1983. MARQUES, 1986.

⁸⁵ ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp.102.

⁸⁶ ALMEIDA e BARROCA, 2002, pp.109-116.

Estes dois paços evidenciam concepções e formas de estruturação dos espaços diferentes. O **Paço do Conde de Barcelos em Barcelos** resulta da justaposição de cinco corpos, quatro deles turriformes, comunicantes entre si; em cada piso, as salas dão acesso umas às outras, sem corredores; este paço não tinha capela palatina mas dispunha de uma ligação à igreja matriz de Barcelos. Já o **Paço dos Duques de Bragança em Guimarães**, que deve ser posterior ao segundo casamento de D. Afonso (com D. Constança de Noronha, em 1420), se desenvolve em torno de um pátio central e inclui uma capela palatina, numa estruturação próxima da do paço dos reis de Maiorca em Perpignan (1262-1330), como José Custódio Vieira da Silva demonstrou⁸⁷.

Domus Fortis

Segundo os estudos de Mário Barroca, a primeira menção documental conhecida relativa a este tipo de residência senhorial data da viragem do século XII para o século XIII e refere-se à Torre de Cunha em S. Miguel de Cunha, Terra de Penafiel de Bastuços⁸⁸. Apesar da afirmação do *Jus Crenelandi*, isto é, do monopólio régio da construção de carácter militar, que perdurará ainda no reinado de D. Afonso V, a evidência documental estudada por Mário Barroca indica que já D. Dinis concede algumas autorizações para que se construam casas fortes como aconteceu em 1317 com o seu advogado e porteiro-mor, Dr. Estêvão Esteves, e, em 1322, com o meirinho-mor de Além Douro, D. Mem Rodrigues de Vasconcelos. Estas torres senhoriais têm por modelo as torres de menagem dos castelos, adoptando não só os merlões, a principal característica para serem consideradas fortificadas, mas também, a partir do reinado de D. Dinis, balcões sobre matacões.

Embora as casas fortes integrassem vários edifícios, foram as torres que mais e melhor sobreviveram a remodelações posteriores, dada a sua carga simbólica, sendo frequente que paços mais tardios preservem a torre senhorial medieval como aconteceu repetidamente no *Minho*, por exemplo, no **Paço da Giela** (Arcos de Valdevez), **Torre de Dornelas** (Amares), **Torre de Aguiã** (Arcos de Valdevez), **Torre de Refóios** (Ponte do Lima), **Paço de Curutelo** (Ponte do Lima), **Torres de Castro, de Oriz e de Penegate** (Vila Verde), **Honra de Faralães** (Barcelos), **Torre de Silva** (Vila Nova de Cerveira). Existem alguns exemplos de *domus fortis* melhor preservadas nas quais se manteve não só a torre mas também o anexo residencial como acontece no **Solar dos Pinheiros** (Barcelos) e na **Torre de Vasconcelos** (Santa Maria de Ferreiros, Amares)⁸⁹. Nestes dois casos, o anexo residencial estava adossado à torre. No caso da casa forte de Vasconcelos conservam-se ainda as ruínas da sua capela.

⁸⁷ SILVA, 1995, p. 140.

⁸⁸ Em 1210, D. Sancho I ordenara a destruição desta torre, derrubando-se a torre (portanto, de pedra) e queimando a quintã (com dependências em madeira, depreende-se); cf., por exemplo, BARROCA, 1989 e BARROCA, 1998.

⁸⁹ Em ruínas.

Bibliografia Sumária

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1978 – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento, Porto, ed. policopiada.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1987 – *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1988 – *O Românico* in “História da Arte Portuguesa”, vol. III, Lisboa, Edições Alfa.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1989 - *Castelos e Cercas Medievais – Séculos X a XIII* in “História das Fortificações Portuguesas no Mundo”, Lisboa, Alfa, pp. 38-54.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 2001 – *O Românico*, Lisboa, Editorial Presença
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença
- BARROCA, Mário Jorge, 1989 – *Em torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na Região de Amares*, Sep. de “Revista de História”, vol. IX, Porto, Centro de História da FLUP, p. 9-61.
- BARROCA, Mário Jorge, 1990-1991 – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, “Portugália”, Nova Série, vol. XI-XII, p. 89-136.
- BARROCA, Mário Jorge, 1996 – *O Castelo de Guimarães*, “Patrimonia”, nº 1, Cascais, 1996, p. 17-28.
- BARROCA, Mário Jorge, 1998 – *TORRES, CASAS-TORRES OU CASAS FORTES. A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*, “Revista de História das Ideias”, vol. 19, pp. 39-103.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 vols, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia.
- BARROCA, Mário Jorge, 2003- *Da Reconquista a D. Dinis – Arquitectura Militar* in “Nova História Militar de Portugal”, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. I, p. 95-121.
- BELLINO, Albano, 1900 – *Archeologia Christã*, Porto.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 – *O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir* in “Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga”, vol. III/I, Braga, p. 389-462.
- CUNHA, Dom Rodrigo da, 1989 (reprodução fac-similada da edição de 1635 com Nota de Apresentação de José Marques) – *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Braga.
- DIAS, Pedro, 1998 – *Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FERNANDES, Cristina Célia, 2006 – *O Livro dos Milagres de Nª Sª da Oliveira da Real Colegiada de Guimarães*, Guimarães, Opera Omnia.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, 2010 – *Guimarães, «duas vilas, um só povo»*, Braga, CITCEM, FCT.
- HECK, Christian (dir.), 1996 – *Histoire de l'Art Flammarion – Moyen Âge. Chrétienté et Islam*, Paris, Flammarion.
- HOLT, Elizabeth Gilmore (selecção e edição), 1981 – *A Documentary History of Art, volume I – The Middle Ages and the Renaissance*, Princeton, Princeton University Press.
- 88 Paula Bessa
- MARQUES, José, 1981 – *A Colegiada de Guimarães no Priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)* in “Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada”, Guimarães.
- MARQUES, José, 1982 – *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média*, Separata do “Boletim do Arquivo Distrital do Porto”, vol. I, p. 5-46.
- MARQUES, José, 1983 – *Braga Medieval. Ensaio I*, Braga.
- MARQUES, José, 1986 – *O Castelo de Braga (1350-1450)*, “Minia”, nº 8, Braga, p. 5-34.
- MARQUES, José, 1988 – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa
- MARQUES, José, 1990 – *O Mosteiro de Fiães (Notas para a sua História)*, Braga
- MONTEIRO, João Gouveia, 2003 – *De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os Desafios da Maturidade – Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média* in “Nova História Militar de Portugal”, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, vol. I, p. 164-180.
- NASCIMENTO, Aires A. (introduções, tradução e notas), 1999 – *Cister. Os Documentos Primitivos*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de, 1984 - *Festividades Cíclicas em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- PEREIRA, Paulo, 1995 – O «*Modo*» Gótico (*Séculos XIII-XV*) in “História da Arte Portuguesa”, vol. I, pp.333-433,s/l , Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Paulo, 2009 – *A Arquitectura Gótica* in “Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX”, vol. 3, s/l, Fubus Editores.
- PEREIRA, Fr. José António Correia (coord. 3ª ed.), 2005 – *Fontes Franciscanas. I. S. Francisco*, Coimbra, Editorial Franciscana.
- REAL, Manuel Luís, 1982 – *O Românico Condal em S. Pedro de Rates e as Transformações Beneditinas do Século XII*, sep. de “Boletim Cultural Póvoa de Varzim”, vol. XXI, nº 1, Póvoa do Varzim.
- REAL, Manuel Luís, 1990 – *O Projecto da Catedral de Braga nos finais do século XI e as origens do Românico Português* in “Actas do Congresso Internacional Comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga”, vol. I, Braga, p. 435-511.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, 1987 - *A Escultura Românica das Igrejas da Margem Esquerda do Rio Minho*, Dissertação para Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, 2 vols., ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SILVA, José Custódio Vieira da, 1995- *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 89

Fotografias:

- 1. Igreja de Sanfins de Friestas**
- 2 e 3. Portais ocidentais da Ermida de Nossa Senhora da Orada e de S. Salvador de Paderne**

Paula Bessa 90

- 4. Igreja de Santa Maria da Porta de Melgaço, portal norte**
- 5. Santo Abedão da Correlhã, portal ocidental**

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 91

- 6. Igreja de S. Salvador de Bravães**
- 7 e 8. Bravães, portal ocidental (detalhes)**
- 9. S. Salvador de Bravães, portal ocidental (detalhe)**

Paula Bessa 92

- 10. Sé de Braga**
- 11 e 12. Sé de Braga, portal ocidental e portal sul**

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 93

- 13. Igreja de Santa Cristina de Serzedelo**
- 14. Igreja de S. Salvador de Fontarcada, capela-mor**

Paula Bessa 94

- 15 e 16. Capela funerária e túmulo de D. Gonçalo Pereira, Braga**
- 17. Capela funerária de D. Lourenço Vicente, Braga**

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 95

- 18. Padrão de Santa Maria da Oliveira, Guimarães**
- 19 e 20. Padrão de Santa Maria da Oliveira, cruzeiro, Guimarães**

Paula Bessa 96

- 21. Igreja do convento de S. Domingos e Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães**
- 22 e 23. Igreja de Nossa senhora da Oliveira, janelão (detalhes), Guimarães**

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 97

- 24 e 25. Igrejas dos conventos de S. Domingos e de S. Francisco, Guimarães**
- 26 e 27. Igreja do convento de S. Francisco, Guimarães, dois capitéis do portal ocidental**

Paula Bessa 98

- 28 e 29. Cerca de Melgaço e inscrição de 1263 referindo Mestre Fernando**
- 30 e 31. Torres de menagem de Melgaço e de Braga**

ARQUITECTURA ROMÂNICA E GÓTICA NO MINHO 99

- 32. Paço do Concelho, Guimarães**
- 33 e 34. Pelourinhos de Soajo e de Castro Laboreiro**

Paula Bessa 100

- 35. Paço do arcebispo D. Gonçalo Pereira, Braga**
- 36. Paço do arcebispo D. Gonçalo Pereira, Braga (detalhe incluindo brasão dos Pereiras)**